

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Fôlego bilionário do petróleo	2
Título: Ainda o campo de Lula.....	5
Título: Desolador	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: Eletrobrás tira poder de empresas controladas	6
Título: Usiminas reage e aposta na recuperação da economia	9
Título: Valor de mercado da siderúrgica mineira se destaca	10
Título: Siderúrgicas tentam fomentar construção civil	11
Título: Órgão ambiental dá prazo de 10 dias para CSN fechar usina.....	12
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	13
Título: Provas da Europa ampliam denúncia contra Duque	13
Título: BR entra na mira do pequeno investidor.....	13
Título: Operação com BR deve aliviar a Petrobras.....	15
Título: Brasil não segue suas metas climáticas	15
VEÍCULO: Valor Econômico	18
Título: Destaques	18
Título: Yaskawa entra em geração solar no Brasil	18
Título: País já está entre os maiores do mundo.....	20
Título: Alubar investe R\$ 100 milhões para atender leilão de energia.....	21
Título: Curtas	22

Título: EUA rejeitam trégua na guerra do aço com China.....	23
Título: Brasil espera menos tensões	25

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordonez e Bruno Rosa

Título: Fôlego bilionário do petróleo

Petrobras investe R\$ 3 bilhões para modernizar plataformas na Bacia de Campos.

A Petrobras encerra o ano com a maior contratação de serviços desde 2014, quando foi abalada pelo esquema de corrupção revelado pela Operação Lava-Jato, da Polícia Federal. Desde então, a companhia paralisou todas as grandes contratações, como o Comperj. A estatal está fazendo uma profunda reforma em 39 plataformas de petróleo na Bacia de Campos, visando a aumentar a produção. O número representa cerca de 75% das 53 unidades existentes no local. Dividida em três licitações, a expectativa é que a nova leva de encomendas receba investimentos de R\$ 3 bilhões e gere pelo menos três mil empregos diretos, de acordo com projeções da Abespetro, associação que reúne empresas prestadoras de serviços para a indústria petrolífera.

A contratação de serviços, considerada a maior da história da Bacia de Campos, vai beneficiar principalmente a cidade de Macaé, no Norte do Estado do Rio. A expectativa de geração de vagas domina as conversas dos trabalhadores do setor, e muitos já pensam em voltar para a cidade, uma das mais afetadas nos últimos anos pela crise provocada pela redução dos investimentos da Petrobras e pela queda do preço do petróleo, com o fechamento de cerca de 40 mil vagas. Empresários da região também indicam um aquecimento na procura de companhias do setor.

A Petrobras está realizando neste momento uma licitação dividida em três lotes para serviços de manutenção em 25 plataformas. Participam da concorrência 19 empresas nacionais e estrangeiras. Segundo a estatal, a contratação será

concluída até abril, com a mobilização do serviço a partir de junho de 2018. O valor estimado deve superar a cifra de R\$ 1 bilhão, e a expectativa é a geração de mil vagas.

Uma outra licitação está prevista com prazo de entrega das propostas para este mês. Neste caso, são dois lotes que envolvem serviços em 14 plataformas. Essa licitação também deve gerar investimentos da ordem de R\$ 1 bilhão e mais mil postos de trabalho. Para 13 dessas unidades, a Petrobras realizou uma primeira licitação meses atrás, que foi dividida em quatro lotes, com expectativa de movimentar outro R\$ 1 bilhão. Concluída em agosto, levaram os contratos as companhias O Engenharia, da francesa Vinci, e a CSE, da Aker.

NÍVEL DE CONSULTA PRÉ-CRISE

Todas as licitações envolvem serviços de manutenção das plataformas, de pintura a troca de diversos componentes, como tubulações, e serviços de caldeiraria. Esses contratos englobam a encomenda para construção e, depois, a instalação dos equipamentos nas plataformas. As três concorrências em andamento vão criar mais de três mil vagas a partir de 2018 na região de Macaé. Um indicador inequívoco da retomada da atividade no setor petrolífero — destacou Telmo Ghiorzi, diretor da Abespetro.

Ghiorzi disse ainda que as licitações da Petrobras vão contribuir para aumentar a produção de petróleo na Bacia de Campos, que responde por 44% da produção nacional de petróleo, com um total de 1,483 milhão de barris por dia. A região vem perdendo espaço para o pré-sal da Bacia de Santos, que já responde por 44,7% da produção nacional, com 1,507 milhão de barris diários. — No Brasil, apenas 24% do petróleo presente nas jazidas são de fato produzidos. É um valor baixo. E esses serviços de manutenção certamente vão ajudar a aumentar a produção desses campos. No mundo, esse percentual médio é de 35%, chegando a 70% em alguns lugares — completou Ghiorzi.

Maurício Almeida, presidente da Associação Brasileira de Engenharia da Construção Onshore, Offshore e Naval (Abecoon), diz que a reforma das plataformas na Bacia de Campos representa atualmente a maior licitação em andamento pela estatal. — A estratégia da Petrobras com essas licitações é reduzir a queda na produção na Bacia de Campos. Por isso, a companhia está ampliando os investimentos com essas licitações. A empresa quer renovar as plataformas. E isso é muito bom, pois vai gerar muitos empregos, sobretudo, em Macaé. As empresas já estão falando em aumento de contratação, de criação de vagas. E isso é ótimo, depois de anos de retração — disse Almeida.

Em Macaé, há otimismo. Leonardo Dias, diretor do Parque Industrial BellaVista, que reúne companhias do setor de óleo e gás, afirmou que atualmente uma

empresa mostra interesse em investir no espaço a cada semana. Segundo ele, esse ritmo é o mesmo do nível pré-crise, antes de 2014. O executivo cita a chegada de quatro companhias recentemente. Somente a VRV Comércio de Equipamentos Hidráulicos e Mecânicos e a Alternativa Catering vão gerar por volta de 140 empregos.

— Além disso, estamos em negociação com outras duas empresas que estão participando das licitações da Petrobras. Mas as negociações são longas, e podem chegar a seis meses. Hoje, além de vender o terreno, montamos o projeto da base industrial como forma de agregar valor. O que percebo é que as mudanças na lei feitas pelo governo permitiram uma mudança de humor no setor — explicou Dias.

Em Macaé, onde o petróleo responde por 70% dos empregos gerados, as licitações da Petrobras podem trazer dinamismo para a cidade. Segundo projeções do prefeito da cidade, Aluizio dos Santos Júnior, a expectativa é que sejam gerados 25 mil empregos na cidade nos próximos anos. Esse número é reflexo do novo momento do setor, que inclui os planos de revitalização dos campos maduros e os leilões feitos pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). Hoje, o setor emprega cerca de 50 mil pessoas em Macaé. As reformas que a Petrobras quer fazer nas plataformas são fundamentais para gerar emprego e aumentar a produção de petróleo. O ano de 2017 foi importante pelas mudanças nas regras de operador único no pré-sal e no regime de partilha — disse o prefeito.

Do outro lado, sindicatos que representam os trabalhadores criticam a falta de informações por parte da Petrobras. Amaro Luiz Alves da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Offshore do Brasil (Sinditob), diz que é difícil prever o volume de vagas que pode ser gerado a partir de 2018: — De setembro de 2014 a novembro de 2017, foram 39.184 rescisões. Há empresas que não estão operando mais.

LICITAÇÕES ENVOLVENDO MUITAS EMPRESAS

O executivo da Abespetro afirmou que a Petrobras tem convidado cerca de 20 empresas para participar das licitações. O número é bem diferente do período anterior à Operação Lava-Jato, quando as licitações envolviam de duas a três companhias. Segundo executivos do setor, as disputas têm sido tão acirradas que, em alguns casos, a diferença de preço nas propostas apresentadas é inferior a 1%. As concorrências cujos resultados já foram divulgados mostram competição acirrada e preços muito próximos entre os licitantes — comentou Ghiorzi.

Especialistas lembraram que ainda há a perspectiva de novas encomendas para o setor. A lista, dizem eles, é animadora. Eles citam as obras da unidade de processamento de gás natural do Comperj, em Itaboraí, novas plataformas de produção e até mesmo a prestação de serviços para o encerramento das atividades de algumas plataformas, o chamado descomissionamento. O país precisa se preparar para que a demanda por descomissionamento gere capacitação técnica — disse o diretor da Abespetro.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio / colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Ainda o campo de Lula

Décio Oddone, diretor-geral da ANP, avisa que não é por motivos políticos que vai recorrer da decisão da 5ª Vara Federal de Porto Alegre, que mandou devolver o nome "Tupi" ao campo de petróleo "Lula": "Eu vou recorrer porque quem dá nome aos campos não sou eu, e sim as empresas"! A Justiça considerou, como se sabe, a escolha do nome do molusco, em 2010, uma jogada de marketing para favorecer o ex-presidente. De qualquer maneira, retornar ao nome "Tupi" vai contra uma tradição do setor que, assim que um campo começa a ser comercializado, é batizado com um nome de peixe. Semana passada mesmo, uma área do "Campo de Libra" passou a se chamar "Mero". Hoje, o cardume de petróleo abriga uns 70 nomes de habitantes do mar, desde que, em 1968, foi dado o nome de "Guaricema" a um campo no mar de águas quentes de Sergipe.

Em tempo: como existem cerca de 24 mil espécies de peixes, a escolha do nome "Lula", em pleno governo petista, pareceu propaganda. E foi.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia / colunas

Autor: George Vidor

Título: Desolador

Além da corrupção, os cofres públicos são assaltados por sonegadores e bandidos que tornariam Al Capone um amador

A fonte principal de arrecadação de todos os estados brasileiros, sem exceção, são os combustíveis. Em São Paulo, por exemplo, representam 16% do total do ICMS arrecadado. O segundo item é a energia elétrica, com 8%. Os impostos sobre combustíveis são elevados, o que atraiu para essa atividade sonegadores contumazes, que abrem e fecham empresas antes que a Justiça dê ganho de

causa ao Fisco. O débito se torna irrecuperável, porque o sonegador se apoia nesse meio tempo em liminares que lhe permitem não recolher imposto sem ser obrigado a depositar em juízo o valor que está contestando.

No litro da gasolina, há R\$ 2,22 em impostos; as alíquotas de ICMS, que é o tributo mais pesado, giram em torno de 30%. A sonegação se dá de várias formas. Al Capone, o gangster mais famoso da História, que fez fama em Chicago na época da Lei Seca nos Estados Unidos, ia se sentir um amador. Há esquemas mais sofisticados, como o de empresas que se escoram na vulnerabilidade da legislação e na lentidão do judiciário, até aqueles que se arriscam a passar pelas barreiras das secretarias de Fazenda com caminhões cheios de combustíveis sem qualquer nota fiscal. Se um é apanhado, vários outros passam, e o lucro compensa largamente o prejuízo com a mercadoria que for apreendida. Existe o esquema cara de pau, quando o motorista alega ter esquecido a nota fiscal, e fica aguardando um motoqueiro levá-la, com a emissão após o flagrante.

Não é à toa que postos de serviços têm sido usados como instrumento de lavagem de dinheiro por quadrilhas barradas pesadas de narcotráfico, contrabando e roubos de carga. Tramita no Senado um projeto para fechar o cerco aos sonegadores, mas nessas coisas o Congresso sempre anda a passos de cágado. E diante de uma crise fiscal colossal dos estados, municípios e da própria União, é inconcebível que os governantes sejam lerdos na busca de uma solução.

Soma-se a isso, agora, uma nova modalidade de furto no Brasil, a de petróleo bruto. No México, esse crime virou epidemia. E aqui já foram registrados 20 casos. O alvo é sempre o petróleo leve extraído da Bacia de Santos. São atacados dutos em trajetos nos quais não se consegue detectar de imediato a retirada do óleo. Os dutos são perfurados com equipamentos sem causar explosão ou derramamento. O petróleo leve pode ser refinado em destilarias rudimentares ou simplesmente queimado em certos processos industriais. Os ladrões têm clientela certa.

A delinquência deixou de ser marginal para se envolver em negócios formais lucrativos e de aparência legal. É caso de calamidade pública.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth

Título: Eletrobrás tira poder de empresas controladas

Novo estatuto aprovado pelo Conselho impõe limite de gastos para subsidiárias

As subsidiárias das Eletrobrás vão perder autonomia e terão de cumprir um limite para aprovar novos gastos. Qualquer investimento com valor superior a R\$ 30 milhões terá de ser aprovado pelo Conselho de Administração da companhia. A regra foi aprovada na última quinta-feira, durante assembleia para revisão do estatuto da companhia. "Isso significa que qualquer decisão de investimento deve ser aprovada pelo conselho", afirmou o presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Júnior, em entrevista exclusiva ao "Estado/Broadcast".

A mudança reforça a iniciativa da nova direção da Eletrobrás, que prepara a privatização da estatal. O objetivo é retomar o controle sobre as subsidiárias, que hoje são alvo de influências políticas. Empresas como Chesf, Furnas, Eletronorte e Eletrosul têm sido alvo de disputa entre partidos políticos e lideranças regionais em seus Estados. Por essa razão, no setor elétrico, elas são ironicamente apelidadas de "descontroladas". Atualmente, a Eletrobrás tem 16 controladas e 178 Sociedades de Propósito Específico (SPEs), empresas nas quais a companhia tem participação minoritária, criadas para a exploração de usinas e linhas de transmissão.

O novo estatuto da estatal tem terá regras e práticas claras que serão submetidas a todas as empresas do grupo. Uma das principais são os requisitos para nomeação de diretores e conselheiros para a empresa, algumas das quais previstas na Lei das Estatais. Políticos e familiares até o terceiro grau, líderes sindicais, fornecedores de bens e serviços e pessoas com conflito de interesses estão vetados para cargos de administração.

Qualquer pessoa que tenha participado de alguma atividade política nos últimos 36 meses não poderá ocupar cargos na diretoria e conselho da Eletrobrás. O critério obrigatório será formação acadêmica, reputação ilibada e experiência profissional reconhecida e comprovada. Todos serão submetidos à avaliação do comitê de elegibilidade e pessoas. Aqueles que já ocupam cargos e não se enquadram nas novas regras não serão reconduzidos ao término de seus mandatos.

Ferreira Jr. reconhece que havia muita diferença na forma de gestão de cada uma das empresas. Em alguns casos, segundo ele, o poder dos diretores das controladas era superior ao da diretoria da holding. "É óbvio que isso é a raiz clara de um conjunto de problemas que tivemos", disse.

O novo estatuto também elevou o número de conselheiros da Eletrobrás de nove para 11 integrantes, dos quais no mínimo 30%, ou seja, três, serão independentes, conforme as regras do Novo Mercado. Ferreira Jr. destacou ainda a redução no número de gestores da Eletrobrás, de cerca de 2,2 mil para

1.313. Cerca de 75% dos dirigentes foram substituídos desde o ano passado e já atendem às novas exigências da companhia.

Privatização.

Os maiores críticos à privatização da Eletrobrás são grupos que querem manter seus privilégios e continuar a exercer influência política sobre a empresa, avalia Ferreira Jr. "Muitas pessoas questionam a privatização, mas não veem que há basicamente dois grupos de pessoas trabalhando contra esse processo: os sindicatos e alguns políticos", disse. "Os sindicatos brigam para manter seus privilégios, e alguns poucos políticos exercem influência em uma companhia da qual eles não têm nem sequer uma ação", afirmou.

O executivo disse que o fim dos privilégios e influências na Eletrobrás será positivo para o governo e para a sociedade brasileira. "Temos 513 deputados e 81 senadores. Eles têm de representar os brasileiros. É evidente que retirar privilégios e influências políticas será bom para uma empresa em que o governo ainda será o maior acionista", disse. Na privatização, a fatia da União na Eletrobrás será reduzida de 63% para 40%.

Para Ferreira Jr., a privatização da Eletrobrás vai proporcionar mais investimentos, empregos e lucros para a companhia. Isso vai gerar mais dividendos para os acionistas e elevar a arrecadação de impostos da União. "Não é possível que se possa ignorar esses benefícios", afirmou.

PARA LEMBRAR

Historicamente, as subsidiárias da Eletrobrás (Furnas, Chesf, Eletronorte e Eletronuclear) sempre tiveram vida independente e pouco reportavam à holding sobre suas decisões. Desde que assumiu o comando da Eletrobrás, em meados de 2016, Wilson Ferreira Júnior, decidiu que essa situação era insustentável e tinha de mudar. Quase todas as medidas adotadas no plano de reestruturação incluíram as controladas, como corte de custos e enxugamento da estrutura.

Na capital federal, por exemplo, todas as empresas passaram a dividir um único prédio. Antes Eletronuclear, Eletrosul, Furnas, Chesf e Eletronorte tinham escritórios em locais diferentes. Isso ajudou a reduzir em dois terços os gastos com os imóveis. Com o novo estatuto, a holding Eletrobrás terá mais capacidade para interferir nas decisões de investimentos e de outros negócios (nem sempre vantajosos para a estatal), que até então não passavam pelo crivo da presidência do grupo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Mônica Scaramuzzo****Título: Usiminas reage e aposta na recuperação da economia**

Mudança. Siderúrgica decidiu religar o alto-forno da unidade em Ipatinga, Minas Gerais, em função da melhora dos setores automotivo e de linha branca; mas não há previsão de acionar o equipamento de Cubatão, até que retomada dê sinais de maior fôlego

Quase três anos após passar por uma das piores crises de sua história, correndo o risco de ir à falência, a Usiminas dá sinais de reação. Em abril do próximo ano, a siderúrgica deve religar seu alto-forno na unidade de Ipatinga, no Vale do Aço, em Minas Gerais, voltando a operar a plena carga, com a aposta de que a economia brasileira poderá engrenar de vez. A companhia também aumentou a produção de minério para exportar para o mercado asiático.

Considerada um dos símbolos da indústria nacional, a Usiminas tenta se afastar de um passado recente marcado por uma forte turbulência financeira que abateu a empresa a partir de 2015 - quando o País também entrou em uma de suas maiores recessões e os preços internacionais do minério de ferro afundaram, comprometendo siderúrgicas de todo o mundo. Em meio a essa tempestade, a Usiminas protagonizou uma das maiores disputas societárias em curso no Brasil, arranhando ainda mais imagem do grupo.

"O pior ficou para trás", disse Sérgio Leite, presidente da Usiminas, ao Estado. A recuperação dos setores automotivo e de linha branca tem ajudado a puxar os resultados do grupo este ano. O executivo afirmou que a companhia voltou a fazer planos, vai antecipar o pagamento de amortização de parte de suas pesadas dívidas, que somam R\$ 6,8 bilhões, e está otimista em relação a 2018. Mas ainda não há euforia. Segundo Leite, não há previsão de religar os altos-fornos da unidade de Cubatão (SP) antes de 2020.

Para religar o alto-forno de Ipatinga (que foi desligado em 2015), a companhia está investindo cerca de R\$ 80 milhões em manutenção de equipamentos. Foram contratados nos últimos meses 500 trabalhadores, dos quais 400 temporários. A Mineração Usiminas (Musa), que voltou a ativar duas unidades de tratamento de minério nos últimos meses, também admitiu 400 pessoas e faz planos para sair de uma produção de 2,4 milhões de toneladas este ano para 6 milhões de toneladas a partir do primeiro trimestre de 2018. "Boa parte vai para o mercado asiático", afirmou Leite.

A contratação ainda é tímida perto do que o grupo já dispensou - entre 2014 e 2016 foram cortados mais de 4 mil funcionários, período mais agudo da crise da empresa.

Histórico da crise.

A fase de "deterioração dos resultados" da empresa começou a partir do quarto trimestre de 2014 e se arrastou ao longo de 2015: a empresa registrou uma série de prejuízos consecutivos e a crise da empresa atingiu o pico quando o grupo passou a ter geração de caixa negativa, com o risco de entrar em recuperação judicial. Para piorar a situação da empresa, os dois principais acionistas do bloco de controle - o grupo ítalo-argentino Ternium/Techint e a japonesa Nippon - tornaram público um litígio que se arrasta até hoje. Procurados, não comentam.

Uma trégua entre os dois maiores acionistas e outro importante sócio, a CSN, de Benjamim Steinbruch, que também entrou na disputa, foi dada no primeiro semestre de 2016 quando os três se uniram para fazer um aporte de R\$ 1 bilhão na companhia, que corria o risco de falir, lembrou Leite. Essa etapa foi batizada de fase de "sobrevivência", onde vários ativos foram colocados à venda, como a Usiminas Mecânica (nenhum foi vendido). O movimento de "construção de resultados", segundo Leite, começou a ser implementado este ano, após a companhia voltar ao azul. "Estamos na fase de reposicionamento da Usiminas."

Para Otto Nogami, do Insper, o atual momento do País requer cautela e pode atingir as indústrias. "A aposta da Usiminas está calcada na recuperação da economia, que ainda não se consolidou. Qualquer passo em falso, pode colocar tudo a perder."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Valor de mercado da siderúrgica mineira se destaca

As ações da Usiminas na Bolsa tiveram forte valorização este ano, enquanto as de suas concorrentes – CSN, de Benjamin Steinbruch; e Gerdau, apresentaram desempenhos diferentes no mesmo período. Na sexta-feira, o valor de mercado da Usiminas atingiu R\$ 12,38 bilhões, alta de 56% no acumulado do ano, de acordo com levantamento da Economática. A CSN, de Benjamin Steinbruch, está avaliada em R\$ 10,08 bilhões, queda de 31,5% no mesmo período. Já a Gerdau vale R\$ 17,955 bilhões na Bolsa, aumento de 7% neste ano. Para Pedro Galdi, analista de mercado da Magliano Corretora, a recuperação da Usiminas em relação às outras siderúrgicas reflete a área de atuação da companhia e a maior

disciplina financeira da empresa nos últimos meses. Como produtora de aços planos, a Usiminas se beneficiou da recuperação do setor automotivo, um dos principais compradores desse tipo de matéria-prima. Já CSN e Gerdau produzem aços longos, utilizados pelos setores de construção civil, máquinas e equipamentos, que ainda não reagiram. Relatório do BTG Pactual, divulgado no fim de novembro, reconhece a melhora operacional da Usiminas, mas ainda vê desafios para o grupo pela frente.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Mônica Scaramuzzo

Título: Siderúrgicas tentam fomentar construção civil

Instituto Aço Brasil formará coalizão com entidades empresariais para levar a pauta ao governo; construção é um dos principais consumidores de aço

As indústrias siderúrgicas vão encerrar este ano com aumento de produção de aço, mas o otimismo é cauteloso em relação ao horizonte do setor no curto prazo. Apesar de a produção de aço ter sido revisada para cima este ano, a 34,154 milhões de toneladas, alta de 9,2% em relação ao ano passado, de acordo com Instituto Aço Brasil (IABr), as indústrias ainda precisam de sinais mais claros de recuperação da economia para fazerem seus planos de expansão para 2018.

"O setor siderúrgico é um dos primeiros a ser afetados em uma crise e a expectativa de recuperação ainda não está clara", diz Marco Polo de Mello Lopes, presidente executivo da entidade. Um dos principais compradores de aços, o setor de construção civil está entre os mais abatidos pela recessão.

Segundo Lopes, o Instituto Aço Brasil (IABr) formará uma coalizão com entidades empresariais para levar ao governo uma pauta de reivindicações específica para estimular a indústria da construção civil. A primeira reunião entre as entidades será na próxima semana, em São Paulo. Farão parte desse movimento as principais entidades empresariais do setor da construção civil, como a Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat) e a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (C-BIC).

Lopes lembrou que as indústrias siderúrgicas passaram por uma forte crise entre o fim de 2014 e 2016, levando o setor a demitir 46 mil trabalhadores, após o fechamento de 78 unidades no período. Hoje, o setor emprega 111 mil funcionários. Nos últimos meses, as siderúrgicas começaram a renegociar reajustes de preços com os principais fornecedores e agora estão em conversas

com distribuidores de aços planos para futuras revisões. O pior momento para o setor já passou, mas há incertezas sobre 2018.

Dúvidas.

Otto Nogami, professor de macroeconomia do Insper, lembra que a recuperação das vendas do setor automobilístico e do setor de linha branca, que ajudaram a impulsionar as siderúrgicas, refletem medidas pontuais do governo, como liberação do FGTS inativo e do PIS/Pasep, por exemplo. "Mas é preciso que o governo aprove importantes reformas, como a da Previdência, para que a economia de sinais de recuperação consistentes", disse.

A decisão da Usiminas de ligar o alto-forno em Ipatinga (apenas dois estão operando) está calcada na aposta de que os setores das indústrias, não só a automotiva e a de linha branca, possam se recuperar. "Não podemos ficar nesse vai-e-vem. É temeroso ver uma expectativa de retomada e logo em seguida uma inversão de tendência", disse Nogami.

Para Lopes, do IABr, a expectativa é de que a produção do setor cresça 4,9% em 2018. "É importante lembrar que neste ano tivemos aumento de 33% das importações e a entrada da produção da siderúrgica de Pecém. O consumo aparente, de 5,2%, foi bem menor que a da produção."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Órgão ambiental dá prazo de 10 dias para CSN fechar usina

A Secretaria Estadual do Ambiente notificou a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) para paralisar, em até dez dias, as atividades na Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda, Rio de Janeiro. O documento foi entregue pelo Instituto Estadual do Ambiente (Inea) e pela Comissão Estadual de Controle Ambiental (Ceca) na sexta-feira.

Segundo o órgão, a siderúrgica não cumpriu todas as exigências determinadas em um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) fechado em abril de 2016. O acordo previa a adoção pela companhia de diversas medidas para a redução de poluentes.

Em nota, a CSN afirmou que recebeu a notificação dos órgãos ambientais do Estado "com profunda surpresa e estranheza", já que está em processo de negociação com o governo do Estado sobre o TAC.

Segundo a empresa, uma auditoria independente "atestou que dos 15 itens compromissados no TAC, 12 foram cumpridos integralmente; 2 foram considerados procedimentos de rotina, que precisam ser feitos de forma permanente; e apenas 1 permaneceu em análise", afirmou.

Em fevereiro, a CSN foi multada em R\$ 13 milhões por não cumprir acordos ambientais.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Poder

Autor:

Título: Provas da Europa ampliam denúncia contra Duque

DE CURITIBA - O juiz Sergio Moro aceitou pedido do Ministério Público de aditamento (acréscimo) na denúncia contra Renato Duque, ex-diretor da Petrobras. O requerimento se deu após envio de documentação bancária de Liechtenstein à Procuradoria, por meio de cooperação internacional. Isso significa que Duque agora responde a nova acusação de lavagem de dinheiro. A decisão é do último dia 24.

Duque é um dos réus no processo sobre pagamentos de propina em contratos do estaleiro Jurong com a Sete Brasil, para fornecimento de sondas à Petrobras. Segundo a denúncia, Guilherme Esteves de Jesus, representante do Jurong, intermediou o pagamento.

Os documentos apontam transferências para conta suíça de propriedade de Duque.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: DANIELLE BRANT DE SÃO PAULO

Título: BR entra na mira do pequeno investidor

Ações da distribuidora da Petrobras devem ir à Bolsa no próximo dia 13, em operação que pode chegar a R\$ 7,5 bi

Por se tratar de empresa estatal, sujeita a interferências políticas, analistas recomendam cautela extra no IPO

No ano em que o Brasil viu ressurgirem as ofertas públicas iniciais de ações (IPO, na sigla em inglês), a BR Distribuidora se perfila como uma das operações com maior poder de atrair o pequeno investidor.

A expectativa é que os papéis da maior subsidiária da Petrobras comecem a ser negociados em Bolsa a partir do dia 13, em operação que pode chegar a R\$ 7,5 bilhões.

Se confirmada a estimativa, deve ser a segunda maior oferta inicial de ações na Bolsa brasileira desde abril de 2013, quando a BB Seguridade —braço de seguros do Banco do Brasil— levantou quase R\$ 11,5 bilhões.

A força da marca BR, espalhada em postos de combustíveis no país, deve atrair pessoas físicas que deixaram a Bolsa nos últimos anos, diz Joel Roberto, responsável pela área de investment banking para América Latina do Deutsche Bank. "Em casos em que a marca é bem conhecida pelo consumidor ou em que a oferta dá condições especiais para o varejo, pode ter mais participação da pessoa física."

A recomendação de especialista é sempre ter cuidado extra no mercado acionário, zelo que deve ser redobrado nas ofertas iniciais de ações.

O preço dos papéis é um dos pontos a serem levados em conta. Das oito ofertadas do ano até agora, cinco saíram no piso inferior da faixa de preços ou abaixo dela. "Não dá para saber se estamos vendendo barato ou se a oferta não está sendo colocada adequadamente", diz Ivan Clark, sócio e líder de mercado de capitais da consultoria PwC.

RISCO EXTRA

No caso da subsidiária da Petrobras, há ainda preocupações adicionais. A estatal colocará à venda de 25% a 33,75% do capital da BR.

"É uma operação muito grande e precisa desse desconto no preço [a ação sairá na faixa entre R\$ 15 e R\$ 19] porque o investidor será sócio minoritário de uma estatal", diz Paulo Bilyk, sócio fundador da gestora Rio Bravo.

"O ativo é bom, o preço está com desconto, mas há risco. A Petrobras não vai sair de lá, vai continuar controlando. No ano que vem tem eleição. E se entrar um populista e usar a estatal com fins políticos? Esse desconto foi suficiente?", questiona, por sua vez, Andrea Minardi, professora de finanças do Insper.

Por outro lado, a vitória de um nome que agrade ao mercado poderia valorizar os papéis. "O ativo é bom. Se resolver a incerteza de 2018 e entrar um candidato com agenda econômica, o preço ajusta. Aí esse investidor terá perdido a chance de comprar o ativo barato."

Antes de comprar os papéis, a orientação é que o investidor leia o prospecto da oferta, para avaliar bem os riscos que a empresa enfrenta —desdobramentos da Lava Jato estão entre eles.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: DE SÃO PAULO

Título: Operação com BR deve aliviar a Petrobras

A oferta pública de ações da BR Distribuidora deve aliviar a situação financeira da Petrobras. A venda de parte do capital de sua principal subsidiária, uma das maiores empresas do país em faturamento, faz parte do plano de desinvestimentos da estatal —a meta é vender US\$ 21 bilhões até junho de 2018.

Para a petrolífera, é uma chance de reforçar seu caixa e reduzir seu endividamento. Ao final do terceiro trimestre, a dívida líquida da estatal somava R\$ 279,237 milhões. No fim de 2016, era de R\$ 314,12 milhões.

"A Petrobras passa por momento de mudança no quesito credibilidade depois da Lava Jato. Agora, a empresa está focando o que tem mais eficiência", diz Raphael Figueredo, sócio da consultoria Eleven Financial.

"Não significa só dar importância a lucro, mas sim ao que tem melhor capacidade de margem e de obter retorno no mercado", afirma.

Até setembro, a BR Distribuidora lucrou R\$ 620 milhões —no mesmo período do ano passado, havia acumulado prejuízo de R\$ 370 milhões.

No setor de distribuição de combustíveis, a empresa tem como principais concorrentes a Shell e a Ipiranga. (DB)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Ciência

Autor: ANA CAROLINA AMARAL COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Título: Brasil não segue suas metas climáticas

Principais entraves são a falta de coordenação do governo e a descontinuidade na implementação da agenda ambiental

País está distante de cumprir compromissos que impôs a si mesmo no Acordo de Paris, como restaurar florestas

Quem acompanha a implementação dos compromissos que o Brasil impôs a si mesmo no âmbito do Acordo de Paris não tem dúvida: o país caminha na contramão de suas próprias políticas climáticas.

Para além das crescentes emissões de carbono no país —que subiram 8,9% em 2016, tornando mais distante a meta de redução de 37% até 2025—, o que mais preocupa as organizações ligadas ao clima são a falta de coordenação entre os atores estatais e a descontinuidade na implementação da agenda ambiental.

A medida provisória 795, que concede incentivos fiscais ao setor de óleo e gás (principal emissor de carbono no mundo), é citada como o exemplo mais recente da falta de diálogo dentro do governo. Aprovada na quarta (29) na Câmara dos Deputados, a iniciativa segue para o Senado sem ter passado por consulta no Ministério do Meio Ambiente.

O presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, senador Jorge Viana (PT-AC), disse contar "com o juízo do Senado" para barrar a medida. Entidades calculam que os benefícios cedidos ao setor podem chegar a R\$ 1 trilhão até 2040.

A proposta, contudo, não constitui um ponto fora da curva. Para Viviane Speranza, uma das autoras da mais recente análise do WRI (World Resources Institute) sobre as políticas climáticas brasileiras, o Plano Decenal de Energia (PDE) mostra o descolamento entre as agendas de clima e de desenvolvimento no governo brasileiro.

Embora a Política Nacional de Mudança do Clima tenha em 2009 estipulado o PDE como um instrumento para reduzir as emissões de carbono no setor energético, "a previsão para os próximos dez anos é que 74% dos investimentos sejam em fontes de energia fósseis", aponta Speranza.

Segundo ela, para conseguir cumprir o que prometeu no Acordo de Paris, o Brasil deveria estar cumprindo promessas anteriores, previstas na Política Nacional de Mudança do Clima.

Além do planejamento energético, o documento propõe a criação do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões, em que setores polui-dores poderiam comprar créditos de carbono daqueles que contribuem para reduzir as emissões na atmosfera.

Para que o mercado funcione com credibilidade, é preciso ainda o cumprimento de outra medida que também não saiu do papel: o sistema de monitoramento e

avaliação de resultados, que contêm métodos para garantir a transparência e a legitimidade das ações climáticas.

Entre as medidas que saíram do papel, foram criados dois instrumentos financeiros para incentivar a economia de baixo carbono: o Fundo Clima e o Programa de Crédito para Agricultura de Baixo Carbono. No entanto, os incentivos não seriam suficientes, porque "o montante de recursos é ainda marginal, especialmente se comparado ao que é alocado para alavancar atividades não orientadas para a descarbonização da economia", diz o estudo do WRI.

SEM CONVERSA

Em 2007 foi criado um comitê interministerial com 16 pastas do governo para orientar a elaboração conjunta das políticas climáticas. O grupo, no entanto, não se reúne desde 2013. A Casa Civil está atualmente revendo o decreto que deu origem ao comitê e pode instituir uma nova governança climática.

A iniciativa preocupa organizações por não prever a participação da sociedade civil. "Se a sociedade não tiver licença para opinar, as chances de se implementar uma forma mais republicana e efetiva de governar a política de mudança do clima vão se esvair", critica Natalie Unterstell, secretária executiva adjunta do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima.

O órgão, com representantes do governo e da sociedade civil, foi criado justamente para ampliar a participação social na implementação das políticas do clima.

Para Unterstell, a participação social deveria ser encarada como método de governança. O Fórum responde diretamente ao presidente da República e também não se reunia desde 2013.

Reativado neste ano, ele está entregando ao governo um conjunto de recomendações para a implementação das metas climáticas no país — com propostas que vão da iluminação pública ao tratamento de resíduos sólidos.

A integração entre ministérios e a sociedade civil poderia diminuir o custo do cumprimento do Acordo de Paris, segundo Marcelo Furtado, coordenador da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura. "O custo de transação seria mais rápido e mais barato com ações transversais", ele defende.

"Hoje corremos o risco de ter mais de um órgão cuidando do mesmo assunto, ou com políticas setoriais opostas, que não nos direcionam para o mesmo rumo", diz.

Apesar das dificuldades, o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, vê com otimismo os avanços obtidos até agora, aproveitando a COP do Clima, que terminou no último dia 17 na Alemanha, para desencalhar a tramitação de políticas ambientais. Depois de meses em repouso na Casa Civil, o Planaveg, que prevê restaurar 12 milhões de hectares de florestas, foi aprovado no mesmo dia em que o ministro discursou na COP.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente, a pasta conta com a COP para "aumentar a visibilidade e o engajamento dos diferentes setores do governo" e aposta que a participação de outros atores do governo nas COPs "amplia a priorização da respectiva pauta política no Brasil".

Durante a conferência, uma reunião entre deputados e senadores que compõem as comissões de meio ambiente e de mudanças climáticas refletiu sobre a atuação da bancada ambientalista no Congresso e teve até bronca do embaixador Antônio Marcondes, chefe da delegação brasileira na COP.

"Precisamos parar de tratar o clima como "nós x eles", "ambientalistas x ruralistas"; porque clima não é só sobre meio ambiente, é sobre desenvolvimento", disse Marcondes. Parlamentares deixaram a reunião pedindo mais diálogo em Brasília. "Seria bom que a gente não precisasse vir até a COP para conseguir conversar", afirmou o deputado Nilto Tatto (PT-SP).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Copel venderá ativos

A elétrica paranaense Copel pretende lançar no início do próximo ano um plano de venda de ativos. "Já temos estudo preliminar de desinvestimentos e pretendemos, a partir do ano que vem, implementar este plano, iniciando em janeiro", disse Harry França Junior, diretor de Desenvolvimento de Negócios da companhia, em teleconferência com analistas de mercado. Procurada pelo **Valor**, a Copel informou que o plano envolverá ativos não estratégicos, principalmente fora do Estado do Paraná.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Carlos Prieto | De São Paulo

Título: Yaskawa entra em geração solar no Brasil

O Brasil tem um dos maiores potenciais no mundo para o desenvolvimento de energia solar, mas depende de um projeto setorial que fique acima das questões políticas e seja realista do ponto de vista econômico. A opinião do diretor geral da japonesa Yaskawa no Brasil, Luís Fernando Simione, dá uma boa ideia da postura do grupo japonês no seu novo nicho de atuação. A subsidiária brasileira está na fase final de certificação de um inversor fotovoltaico destinado aos sistemas de geração solar e planeja entrar efetivamente no mercado ainda no primeiro semestre do próximo ano.

Uma das líderes mundiais em robótica e com forte atuação em automação, o centenário grupo japonês entrou em solar há dois anos, ao comprar a americana Selectria, fabricante de inversores fotovoltaicos. O valor do negócio não foi divulgado. Com o desenvolvimento e montagem no Brasil, a companhia pretende oferecer um produto que atenda às exigências de nacionalização e assim facilite o enquadramento dos projetos de seus clientes nas exigências do BNDES.

"Ao lado do México, o Brasil é um dos maiores países em potencial para desenvolver um parque solar", afirma Simione, responsável pelas áreas de automação e geração solar. O segmento de robótica tem uma operação separada no país. "Com o esgotamento das usinas hídricas, é preciso olhar as renováveis como uma opção viável para o futuro", completou. *(veja reportagem [País já está entre os maiores do mundo](#))*

O executivo alerta, no entanto, que o desenvolvimento de um parque de geração de energia renovável, seja solar ou eólica, tem de respeitar critérios técnicos e econômicos. Não pode ser conduzido por políticas imediatistas, incentivos econômicos artificiais ou se centrar apenas no apelo ambiental.

"Primeiro tem de ter vontade política, com um cronograma de leilões bem definido. E precisamos de regras claras e uma política nacional de projetos. Não adianta vir com incentivos do tipo redução de impostos que duram algum tempo e depois são retirados. Isso cria um ambiente artificial", afirma Simione.

O inversor brasileiro está sendo certificado nos Estados Unidos e foi desenvolvido para atender o que se chama no jargão do setor elétrico de geração centralizada, que são os grandes projetos solares. Ele será montado na fábrica da Yaskawa no Brasil, instalada em Diadema (SP), e o planejamento prevê a possibilidade de exportações para outros países da região que investem em solar, como Colômbia, Peru e Argentina.

Como o produto só chega ao mercado em 2018, Simione considera que no primeiro ano a receita do segmento solar será marginal para a companhia no Brasil. Mas ele acredita que já em 2019 ou 2020 a geração solar será

responsável por 50% do faturamento da sua área no país. A empresa não divulga o faturamento no Brasil. No mundo, o grupo faturou US\$ 3,5 bilhões no último ano fiscal encerrado em fevereiro, com a Ásia respondendo por 67%, seguida das Américas (19%), Europa (13%) e Austrália e África do Sul com 1%. A Yaskawa deve fechar o ano com 500 megawatts (MW) vendidos em energia solar, sendo 80% nos Estados Unidos.

Apesar da falta de um cronograma de médio prazo para os leilões de renováveis, Simione está confiante nos certames marcados para este mês e acredita que a Yaskawa chega ao mercado em um bom momento. "Todos são entrantes nesse segmento", afirma. Entre seus maiores concorrentes estão companhias de peso como a WEG, ABB e Siemens. "Nosso produto será competitivo e financiável", afirmou.

A Yaskawa não escapou da crise no país, onde chegou nos anos 50 acompanhando a Nippon Steel que veio para ajudar a montar a Usiminas. A área de robótica conseguiu manter um bom desempenho nos últimos anos puxada pelo setor automotivo, tanto por parte das montadoras como das fabricantes de autopeças. Já o segmento de automação viu seus principais clientes reduzirem os investimentos. Siderurgia mineração, estaleiros, construção civil e máquina-ferramenta estão na lista.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Christopher Martin | Bloomberg, de Nova York

Título: País já está entre os maiores do mundo

Mais cinco países estão entrando para o clube solar dos gigawatts em um momento em que a queda dos preços e a demanda crescente estimulam instalações em mercados emergentes de energia limpa.

A energia solar dobrará no México e no Brasil no ano que vem, levando ambos os países pela primeira vez além da marca de 1 gigawatt em novas instalações, segundo relatório da GTM Research divulgado semana passada. Novas instalações na Holanda e no Egito também levarão os países além da marca em 2018 e o mercado da Espanha deverá aumentar com a adição de 3,9 gigawatts nos próximos dois anos. No total, 13 países deverão somar pelo menos 1 gigawatt em energia solar cada no ano que vem, contra oito em 2017.

Os novos membros da lista ajudarão a compensar a desaceleração da demanda em mercados mais maduros, notadamente Estados Unidos e Japão. O crescimento global está caindo para um dígito e a projeção é que em 2018 as

instalações aumentem 5,6% em relação a 2017, para 95,6 gigawatts, segundo dados da GTM. O crescimento anual composto até 2022 será de 4%.

"Esses cinco países e outros mercados com escala de gigawatt estão diversificando o mercado de tal forma que ajudarão a estabilizar o desequilíbrio global entre oferta e demanda", disseram os analistas da GTM em comunicado. Os demais países que instalarão pelo menos 1 gigawatt neste ano são China, Índia, Alemanha, França, Austrália e Coreia do Sul.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Alubar investe R\$ 100 milhões para atender leilão de energia

Buscando se aproveitar do sucesso dos leilões de energia realizados recentemente e dos que estão para ocorrer até a metade do ano que vem, a fabricante de cabos de alumínio Alubar, do Pará, vai investir R\$ 100 milhões em uma expansão que eleva sua capacidade instalada em 50%.

A expectativa é que a partir de janeiro de 2019 o novo laminador, já contratado, comece a funcionar. Aí, a empresa terá capacidade de fabricar inicialmente 80 mil toneladas por ano de cabos elétricos, explica Maurício Gouvea, diretor-presidente da Alubar. "Recebemos o terceiro laminador em 2018", diz. Para iniciar a atividade, serão contratadas cerca de 70 pessoas, um aumento de 10% no efetivo.

Em geral, as entregas dos produtos da companhia estão relacionados a grandes projetos. A fábrica da Alubar, em Barcarena, fornece especialmente para linhas de transmissão e as vendas já estão programadas para todo o ano que vem e uma parte de 2019. Além disso, uma parte é vendida em serviços contratados por distribuidoras de energia.

"Tivemos muito mais investidores se interessando nos leilões e queremos ser uma solução para quem levar", afirma o executivo. "E antes víamos muito mais gigantes ganhando os leilões e agora sentimos que a disputa está mais pulverizada. Isso porque houve melhora na taxa de retorno, a economia está mais estável e se torna mais atrativo investir em produção com os juros baixos. É ótimo, sinto o Brasil com mais credibilidade."

Para Gouvea, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, depois de crescer aproximadamente 1% neste ano, segundo sua expectativa, deve se acelerar no ano que vem. Isso garante a estabilização e retomada da economia que, diz ele, pode ajudar a atrair mais investidores - para os leilões de energia, por exemplo.

"Isso gera um cenário otimista quando entrarmos no terceiro ano de recuperação", opina. "Mas vejo um risco: o sucesso em 2019 depende do cenário eleitoral", acrescenta. Ele enxerga alguns candidatos como uma ameaça a essa tendência mais benigna, apesar de não citar quais, mas não parece muito temeroso. "Crescemos muito politicamente nos últimos anos. Tenho certeza que com os elementos que já sabemos, o país vai fazer a escolha mais adequada."

Esse investimento foi possível porque atualmente a Alubar está com geração saudável de caixa nas operações. Não só os cabos de alumínio, como também fios e cabos de cobre, têm vendido e garantindo melhor resultado. Neste ano, a companhia espera terminar com receita líquida aproximada de R\$ 700 milhões, alta de 10% sobre 2016. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) deve ficar estável, em R\$ 105 milhões - 84% maior do que em 2015.

Mesmo assim, uma parcela do desembolso de capital terá de vir de captação com bancos. O executivo não informou qual a parcela do investimento será financiada ao tomar nova dívida.

A Alubar já é a maior fornecedora de cabos elétricos de alta tensão da América Latina. Terminou o ano passado com participação de mercado de 41% só no Brasil. Os produtos de cobre são destinados mais a baixas e médias tensões. "Nos beneficiamos do fato de não haver um grande cliente em nossa carteira. Temos a geração de receita bem distribuída", comenta Gouvea.

A empresa também consegue sustentar minimamente suas margens porque um tamanho importante dos custos é mitigado, com matéria-prima. O alumínio primário usado na laminação em Barcarena vem da Albras, controlada pela norueguesa Norsk Hydro - cuja unidade produtiva fica praticamente do outro lado da rua da Alubar. Mesmo com a expansão da capacidade, o fornecimento continuará vindo do mesmo lugar.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Minério passa de US\$ 70

Pela primeira vez desde 18 de setembro, o minério de ferro negociado no porto chinês de Qingdao ultrapassou a barreira de US\$ 70 a tonelada. Na sexta-feira, a commodity subiu 2,91%, para US\$ 70,11, segundo o índice da "Metal Bulletin".

A referência é o produto com teor médio de 62% de ferro. O avanço no primeiro dia de dezembro acompanha a valorização de 16,4% registrada no mês passado, na maior alta mensal verificada desde abril de 2016. Em outubro, a desvalorização havia sido de 5,7%. No mercado futuro do minério, os contratos com vencimento em maio, que são os mais negociados, subiram 1,9%, para 526 yuans. Os futuros do aço, por outro lado registraram queda na bolsa de Xangai, com o vergalhão recuando 0,5%, para 3.977 yuans a tonelada, e a bobina quente caindo 0,4%, cotada a 3.989 yuans a tonelada.

Petrobras em Libra

A Petrobras prevê fechar ainda este ano a contratação da primeira plataforma de produção e armazenamento de óleo e gás de grande porte (FPSO, na sigla em inglês) para o campo de Mero (Libra 1), afirmou o gerente executivo de Libra, Fernando Borges. Segundo ele, a unidade terá capacidade para produzir 180 mil barris diários. "Nossa previsão é de contratação ainda este ano", disse o gerente, em teleconferência com jornalistas, sobre a declaração de comercialidade do campo de Mero, no Noroeste da área de Libra, no pré-sal da Bacia de Santos. Segundo ele, os acionistas do consórcio de Libra deverão tomar suas decisões sobre o assunto nas duas primeiras semanas de dezembro. Com relação ao segundo FPSO de Libra, Borges explicou que a expectativa é de abrir a concorrência para a contratação da unidade no primeiro semestre de 2018.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Assis Moreira | De Genebra

Título: EUA rejeitam trégua na guerra do aço com China

Os Estados Unidos e a China podem acirrar uma guerra no comércio internacional de aço, com impacto sobre o Brasil, apesar do acordo alcançado pelas principais economias desenvolvidas e emergentes, na semana passada em Berlim.

Ao todo, 33 países, incluindo os membros do G-20, concordaram com princípios para lutar contra a origem do excesso de capacidade na indústria global de aço, que pesa US\$ 900 bilhões por ano.

O acordo, que entrará em vigor no primeiro semestre de 2018, encoraja reestruturação no setor, remoção de subsídios e outras medidas que distorcem os mercados siderúrgicos e que estão na origem do excesso de capacidade.

Esse excesso alcançou 737 milhões de toneladas em 2016, o maior nível na história do setor siderúrgico - a produção brasileira, em comparação, é de 51

milhões de toneladas. O excesso global derruba preços, empregos, taxa de utilização da indústria e lucratividade das companhias, conforme o relatório aprovado pelos países.

Para José Ángel Gurría, secretário-geral da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), onde boa parte das negociações ocorrem, o acordo irá contribuir para um setor siderúrgico mais estável, reduzir distorções no comércio e melhorar relações comerciais em geral.

Mas bastou as negociações terminarem para o representante do governo de Donald Trump, Jamieson Greer, ameaçar com medidas unilaterais, alegando que a China se recusou a agir mais agressivamente para resolver o problema.

"O Fórum (Global contra Excesso de Capacidade) não fez progressos substanciais", disse, alertando que os EUA, maior importador mundial de aço, não hesitarão em usar os instrumentos disponíveis para "responder firmemente às causas e consequências do excesso de capacidade de aço".

A China produz quase metade de todo o aço no mundo e é o maior exportador global, vendendo a preços bem baixos que ameaçariam as indústrias nacionais. Washington queria que Pequim se comprometesse com maior corte de capacidade de produção.

A delegação chinesa ressaltou a meta de diminuir até 150 milhões de toneladas de capacidade até 2020, o que significaria realocação de milhares de empregados para outros setores a um custo elevado.

Pequim fez pressão para outros países também anunciarem metas de redução. Mas os parceiros alegaram que eram casos diferentes, pois respeitavam as regras de mercado. Além disso, argumentaram, no caso deles o governo não podia dizer para a empresa parar a produção, e a produção aumenta quando há demanda.

Pequim ainda alegou que uma frase, pela qual os países se comprometem em abolir as medidas que podem gerar excesso de capacidade, iria além das regras da Organização Mundial do Comércio (OMC). Depois de resistências, Pequim aceitou uma linguagem no texto pelo qual os países na prática abrem mão de usar subsídio permitido pelas regras da OMC, para buscar novo equilíbrio na produção e comércio global de aço.

"Esse acordo tirou dos EUA a desculpa de que negociações multilaterais não dão resultado", afirmou uma importante fonte, admitindo porém o risco de escalada de confronto no setor de aço.

Os EUA tinham 113 medidas de defesa comerciais aplicadas contra várias importações de aço, no final de março, limitando a entrada dos produtos. As exportações chinesas de aço - as mais visadas - caíram 72,8% para os EUA desde 2014.

A expectativa é de o governo Trump ampliar as sobretaxas e limitar quantidades importadas. A administração Trump pode usar uma lei comercial de 1962, pela qual o presidente tem o poder de impor sobretaxa ou cotas contra importações vistas como ameaças à segurança nacional americana.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Assis Moreira | De Genebra

Título: Brasil espera menos tensões

O Brasil é o segundo maior exportador de aço para os EUA e mantém a expectativa de que o acordo no Fórum Global contra Excesso de Capacidade, na semana passada, possa diminuir tensões no setor siderúrgico mundial.

"Confiamos no exercício multilateral feito de boa fé pelos países e, embora não seja legalmente vinculante, que leve a um esforço de redução da capacidade de produção de aço no médio prazo", afirmou o embaixador Carlos Márcio Cozendey, subsecretário de Assuntos Econômicos e Financeiros do Itamaraty e principal negociador brasileiro.

Para ele, o G-20 buscou identificar um problema e resolvê-lo "para que se detenha a profiliação de medidas de defesa comercial".

Se o governo Trump acelerar a imposição de sobretaxas contra o aço estrangeiro, ignorando o acordo de Berlim, haverá evidentes turbulências no fluxo de vendas para os EUA e no comércio global.

"O Brasil não é ameaça para a indústria americana. Ao contrário: provê insumos, realiza investimentos e cria empregos nos EUA", disse o representante brasileiro.

Segundo o Departamento de Comércio dos EUA, a Gerdau North America é o quarto maior produtor no país, atrás da Nucor, US Steel e Arcelor EUA.

O Brasil é o segundo maior fornecedor de produtos siderúrgicos aos EUA, com 14% do total importado. Fica atrás do Canadá (15%) e à frente da Coreia do Sul (13%). O mercado dos EUA representava 52,3% das exportações brasileiras de aço em 2014, mas hoje representa 40,6%.

As exportações brasileiras de aço caíram 13,2% para os EUA entre 2014 e 2016. Neste ano até setembro, tiveram alta de 17,66% em relação ao mesmo período do ano passado, enquanto as chinesas continuaram a diminuir.

MME / ASCOM .